

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE
TAIÚVA/SP

CONCURSO PÚBLICO
01/2026

PROCURADOR JURÍDICO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e prova discursiva prático-profissional, você receberá do fiscal de sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinada à transcrição do texto definitivo da prova discursiva prático-profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva.
- 01 (uma) hora após o início da prova é possível retirar-se da sala levando o Caderno de Questões.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta.
- Quando for permitido abrir o Caderno de Questões, verifique se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu, se está completo e sem falhas. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais nas Folhas de Respostas, especialmente nome, número de inscrição, número do documento de identidade e cargo. Leia atentamente as instruções para preenchimento.

- Marque, nas Folhas de Respostas específicas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu e a transcrição de seu texto.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o Caderno de Questões.

- Ao se retirar, entregue as Folhas de Respostas preenchidas e assinadas ao fiscal de sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja em sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou as Folhas de Respostas;
- d) se recusar a entregar as Folhas de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou as Folhas de Respostas.

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO**

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 03.

Brevíssima história da humanidade

O curso de nossa história como espécie foi moldado, e continua sendo, por revoluções agudas provocadas por descobertas ou invenções. É abstrato pensar sobre isso, mas muito interessante de imaginar. Como chegamos até aqui? O que viemos fazer neste planeta? Quando julgamos estar apartados de tudo que vive, ocupando o lugar de donos do mundo?

A primeira grande revolução humana foi a agrícola. Fomos forjados, através da seleção natural, para sermos animais nômades, explorando os recursos naturais para sobrevivermos. A natureza oferecia alimento, água, sombra e abrigo. Mas, queríamos mais. Então aprendemos a manipular ferramentas simples ao nosso favor e graças à posição de nosso polegar. Sim, a possibilidade de realizar movimento de pinça com os dedos fez toda a diferença. O tamanho do cérebro aumentou e por consequência a cognição. Descobrimos o fogo, manipulamos a vida ao nosso redor. Nossos neurônios estabeleceram conexões ainda inéditas, criamos linguagens capazes de transmitir os conhecimentos adquiridos, agrupamo-nos e domesticamos animais e plantas. Entendemos os ciclos, reproduzimos a vida natural, tomamos consciência de nossa existência. (...)

Inventamos maneiras de comunicação cada vez mais rápidas, a revolução tecnológica em curso molda mais uma vez nossa maneira de viver. Somos os seres humanos pós-modernos, tecnológicos, digitais, virtuais. Inventamos a inteligência artificial e viramos seus reféns. Vivemos sob a ameaça do fim, sob a batuta do consumo desenfreado, ainda que parte de nós lute para conseguir o mínimo. As consequências de tudo que foi feito batem à nossa porta. Nessa era denominada Antropoceno, o que prevalece são as coisas construídas; as marcas do homem arranham tudo.

O que virá depois? Ou talvez a pergunta seja: haverá depois? A possibilidade de retroceder em nome da saúde planetária existe? Amargaremos num futuro próximo as distopias pensadas na ficção? Poderemos controlar a sanha destruidora de nossa espécie? Nunca é demais lembrar que não temos para onde ir.

PAIXÃO, Júnia. Brevíssima história da humanidade. *Escritor brasileiro*. Disponível em <<https://escritorbrasileiro.com.br/cronica/brevissima-historia-da-humanidade/>>.

QUESTÃO 01

O texto “Brevíssima história da humanidade” é predominantemente:

- (A) narrativo, contando fatos a respeito de uma comunidade pré-histórica que evoluiu até hoje.
- (B) dissertativo, defendendo a ideia de que a humanidade vai mudar de planeta.
- (C) dissertativo, apresentando ideias a respeito da evolução da humanidade.
- (D) descritivo, apresentando características dos homens das cavernas.
- (E) descritivo, apresentando qualidades dos algoritmos utilizados na inteligência artificial.

QUESTÃO 02

“Quando julgamos estar **apartados** de tudo que vive, ocupando o lugar de donos do mundo?”

A palavra destacada no trecho acima é sinônima de:

- (A) “apaziguados”.
- (B) “apertados”.
- (C) “próximos”.
- (D) “folgados”.
- (E) “afastados”.

QUESTÃO 03

“O curso de nossa história como espécie foi moldado (...) por revoluções agudas provocadas por descobertas ou invenções.”

Assinale a alternativa cuja forma reescrita do trecho acima altera o seu significado básico original.

(A) Revoluções agudas provocadas por descobertas ou invenções moldaram o curso de nossa história como espécie.

(B) Moldaram o curso de nossa história como espécie revoluções agudas provocadas por descobertas ou invenções.

(C) O curso de nossa história como espécie moldou revoluções agudas provocadas por descobertas ou invenções.

(D) Foi moldado o curso de nossa história como espécie por revoluções agudas provocadas por descobertas ou invenções.

(E) Provocadas por descobertas ou invenções, revoluções agudas moldaram o curso de nossa história como espécie.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa cuja palavra destacada está sendo empregada em sentido figurado.

(A) A **água** é um composto químico formado por hidrogênio e oxigênio.

(B) Infelizmente, a força da **água** derrubou muitos casebres da população ribeirinha.

(C) Em vários lugares da zona rural ainda se utilizam moinhos movidos por **água**.

(D) As **águas** estagnadas em vasos de plantas costumam abrigar muitas larvas.

(E) As lembranças que tenho da minha infância são **águas** passadas.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de acordo com as normas vigentes em Língua Portuguesa.

(A) Os estudantes dispõem de um micro-ônibus para frequentarem as escolas.

(B) A comunidade apóia as atividades esportivas lotando os estádios de futebol.

(C) Nosso time ficou defazado após a expulsão do maior craque da equipe.

(D) Boas idéias devem ser acolhidas sempre, desde que sejam razoáveis e factíveis.

(E) Não gosto de longas viagens, pois elas me causam náuseas e enjôos.

QUESTÃO 06

“**Ah!** A literatura **ou me** mata ou me dá **o que** peço dela.” (Lima Barreto)

Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta da palavra destacada no pensamento acima.

(A) “Ah!” é uma interjeição que expressa o sentimento de susto.

(B) “o” é um pronome demonstrativo, sinônimo de “aquilo”.

(C) “ou” é uma conjunção subordinativa com o sentido de comparação.

(D) “me” é um pronome de primeira pessoa do singular com o sentido de posse.

(E) “que” é substantivo, sinônimo de “sentimento”, “sensação”.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa cujo elemento destacado faz referência a algo apresentado posteriormente no enunciado.

- (A) Conheci a sua prima ontem, e achei **essa menina** muito bacana.
- (B) Pedi para você ir à padaria e comprar leite, mas você não **o** fez.
- (C) Ele chega sempre atrasado para as reuniões, e **isso** ainda vai lhe custar caro.
- (D) Nunca esqueça **isto**: ame a si próprio, mas primeiro cuide dos seus próximos.
- (E) Juliana e Andreia – são **elas** que vão nos representar no campeonato nacional.

QUESTÃO 08



CAZO. *Roubo de celulares*. Disponível em <<https://blogdoaftm.com.br/charge-roubo-de-celulares-2/>>.

Na oração “hoje em dia a vida está no celular”, utilizada na charge acima, é correto afirmar que:

- (A) existem dois adjuntos adverbiais indicando circunstâncias diferentes.
- (B) a forma verbal “está” liga um sujeito ao predicativo do sujeito.
- (C) o termo “celular” é o núcleo do sujeito da oração.
- (D) o termo “a vida” indica uma circunstância da ação verbal.
- (E) o sujeito da oração é indeterminado.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa cujas palavras preenchem corretamente as lacunas a seguir, na mesma ordem, de acordo com as normas da redação oficial.

- Envio-lhe _____ a cópia do testamento.
 - Seguem _____ ao formulário os comprovantes de depósito judicial.
 - Todas as faturas seguiram _____ ao processo.
 - _____, vai o prontuário solicitado por V.Sa.
- (A) anexa – anexo – anexo – anexo
 - (B) anexo – anexo – anexas – anexo
 - (C) anexa – anexos – anexo – anexos
 - (D) anexa – anexos – anexas – anexo
 - (E) anexo – anexo – anexa – anexa

QUESTÃO 10

“A concisão é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras.” (Manual de Redação da Presidência da República)

De acordo com a descrição acima, que ação deve ser realizada para que um texto seja conciso?

- (A) Eliminar passagens importantes do texto com o objetivo central de reduzir o seu tamanho.
- (B) Excluir palavras inúteis, redundâncias e passagens que nada acrescentem ao que já tiver sido apresentado.
- (C) Valorizar caracterizações e comentários supérfluos, adjetivos e advérbios repetitivos, além de subordinação excessiva.
- (D) Construir períodos longos e com muitas intercalações, resultando em parágrafos compostos por dezenas de linhas.
- (E) Apresentar sempre um detalhado histórico sobre a informação a ser passada, com o máximo de páginas possível.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

Acerca do controle difuso de constitucionalidade de normas, considere as seguintes assertivas:

“I - Arguida, em controle difuso, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, após ouvir o Ministério Público e as partes, submeterá a questão, imediatamente, ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial ao qual competir o conhecimento da questão.

II - As pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela edição do ato questionado poderão manifestar-se no incidente de inconstitucionalidade se assim o requererem, observados os prazos e as condições previstos no regimento interno do tribunal.

III – As partes legitimadas à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade poderão manifestar-se, por escrito, sobre a questão constitucional objeto de apreciação, no prazo previsto pelo regimento interno, sendo-lhe assegurado o direito de apresentar memoriais ou de requerer a juntada de documentos.

IV - Arguida, em controle difuso, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, após ouvir o Ministério Público e as partes, submeterá a questão, imediatamente, ao plenário do tribunal”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

QUESTÃO 12

A Constituição Federal estabelece requisitos para a ocupação de determinados cargos públicos. Dentre eles, é INCORRETO afirmar ser privativo a brasileiro nato o cargo de:

- (A) carreira diplomática.
- (B) oficial das Forças Armadas.
- (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ministro de Estado.
- (E) Presidente da Câmara dos Deputados.

QUESTÃO 13

Acerca do controle concentrado de constitucionalidade, de seu processo e julgamento considere as seguintes assertivas:

“I - Proposta a ação direta, não se admitirá desistência.

II - Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, exceto se o relator a admitir considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, por despacho irrecorrível.

III - No julgamento do pedido de medida cautelar, é vedada a sustentação oral dos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato.

IV - A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida, em regra, com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia prospectiva.”

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

QUESTÃO 14

Acerca do regime constitucional da Educação no Título da Ordem Social, considere as seguintes assertivas:

“I - Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino médio.

II - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa improbidade administrativa da autoridade competente.

III - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

IV - As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público, exceto se exploradoras de atividade econômica.”

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 15

Acerca do pluralismo político e de sua previsão na Constituição Federal, é CORRETO afirmar se tratar de:

- (A) fundamento da República Federativa do Brasil.
- (B) objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (C) princípio das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (D) direito individual fundamental.
- (E) direito social.

QUESTÃO 16

A Associação Beta requereu, administrativamente, junto ao Município de Alfa, certidão de que prestara serviços por meio de parceria ao Poder Público, com a finalidade de comprovar sua aptidão técnica visando à habilitação em procedimentos públicos de contratação.

Considerando que os dirigentes de referida Associação adotaram posição histórica de oposição ao atual Prefeito, temeu-se eventual represália de modo a não se conceder a certidão solicitada.

Cumprindo-se o receio, o Prefeito Municipal indeferiu o acesso à aludida certidão, sob argumentos que não se coadunam com a legislação incidente.

Nessa situação hipotética, dentre as ações judiciais constitucionais sob a perspectiva da Associação, é cabível:

- (A) habeas data.
- (B) mandado de segurança.
- (C) mandado de segurança coletivo.
- (D) mandado de injunção.
- (E) habeas corpus.

QUESTÃO 17

Considere os seguintes institutos jurídicos:

“I - alienação e concessão de direito real de uso de bens.

II – locação.

III - concessão e permissão de uso de bens públicos;

IV - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.”

Aplica-se o regime da Lei Federal n. 14.133/21 às relações jurídicas descritas em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18

Considerando o regime das contratações integradas e semi-integradas previsto na Lei Federal n. 14.133/2021, assinale a assertiva INCORRETA:

(A) os valores contratuais nas contratações integradas ou semi-integradas podem ser alterados, excepcionalmente, dentre outras, na hipótese de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

(B) os valores contratuais nas contratações integradas ou semi-integradas podem ser alterados, excepcionalmente, dentre outras, na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior.

(C) os valores contratuais nas contratações integradas ou semi-integradas podem ser alterados, excepcionalmente, dentre outras, na hipótese de necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei.

(D) os valores contratuais nas contratações semi-integradas podem ser alterados, excepcionalmente, dentre outras, na hipótese de necessidade de alteração do projeto quando, mediante prévia autorização da Administração, seja demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

(E) os valores contratuais nas contratações integradas ou semi-integradas podem ser alterados, excepcionalmente, dentre outras, na hipótese de ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

QUESTÃO 19

Considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e o regime jurídico dos servidores públicos, analise as seguintes assertivas:

“I - Servidores temporários têm direito a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas de um terço.

II - É assegurada ao servidor público inativo a conversão de férias não gozadas, ou de outros direitos de natureza remuneratória, em indenização pecuniária, em dobro ao equivalente à vantagem pecuniária, dada a responsabilidade objetiva da Administração Pública em virtude da vedação ao enriquecimento sem causa.

III - O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

IV - É vedado o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT, haja vista que esta regra transitória não prevê o direito à efetividade.”

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, II, III e IV.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 20

Foi criada uma autarquia, por lei, no âmbito do Município de Beta.

O Prefeito do Município consulta a Procuradoria quanto à pretensão de que certos cargos integrados à estrutura do Poder Executivo passem a sê-lo da estrutura da autarquia, mantidos os pressupostos, requisitos, atribuições e vencimentos, por meio de projeto de lei.

Acerca de tal pretensão, é CORRETO dizer:

- (A) ser possível, tratando-se do instituto da remoção.
- (B) ser possível, tratando-se do instituto da recondução.
- (C) ser possível, tratando-se do instituto da redistribuição.
- (D) ser possível, tratando-se do instituto da reversão.
- (E) ser inconstitucional, haja vista a estabilidade funcional decorrente do concurso público e da lei de origem do cargo.

QUESTÃO 21

No regime da Lei Federal n.º 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório exige que a Administração planeje a seleção do fornecedor combinando diversos parâmetros para garantir o resultado mais vantajoso.

Assinale a alternativa correta considerando os critérios de julgamento:

- (A) O julgamento por maior retorno econômico se aplica exclusivamente a contratos de obras e serviços de engenharia, devendo a remuneração do contratado ser previamente fixada em valor absoluto.
- (B) Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.
- (C) No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a pontuação atribuída à capacitação técnico-profissional poderá ser considerada para fins de classificação das propostas, sendo facultada à licitante a substituição do profissional indicado na fase de execução.
- (D) O julgamento por técnica e preço considerará a ponderação entre as notas técnicas e de preço, podendo o edital estabelecer critérios de valoração que priorizem aspectos qualitativos da proposta não necessariamente vinculados à pontuação técnica atribuída.
- (E) No julgamento por menor preço, a Administração poderá adotar, como critério subsidiário de avaliação das propostas, parâmetros relacionados ao desempenho do objeto contratado.

QUESTÃO 22

Nos termos da Lei Federal n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) A competência administrativa é renunciável, podendo ser transferida entre órgãos e autoridades, independentemente de previsão legal, sempre que houver conveniência administrativa.
- (B) Os atos do processo administrativo dependem de forma específica e solene, sendo nulos aqueles praticados sem observância estrita das formalidades previstas em lei.
- (C) A Administração Pública não possui o dever de decidir nos processos administrativos, podendo se manter inerte após a conclusão da instrução, salvo provocação do interessado.
- (D) O recurso administrativo possui efeito suspensivo, sendo vedada a execução da decisão recorrida até o julgamento final em todas as instâncias administrativas.
- (E) Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento e, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa correta relativamente às ações tributárias:

- (A) A Ação de Repetição do Indébito Tributário é classificada como uma ação antiexacional preventiva e condenatória, pois visa assegurar a devolução de tributo que o contribuinte teme vir a pagar indevidamente.
- (B) A Execução Fiscal é a única espécie de ação pertencente à classe das ações exacionais repressivas executivas em sentido estrito, tendo como objeto imediato a realização do direito do credor de se subrogar nos direitos de propriedade do devedor em razão do não adimplemento espontâneo da prestação.
- (C) O Mandado de Segurança Preventivo e a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico Tributária possuem naturezas distintas quanto à causa de pedir, sendo o primeiro repressivo e a segunda preventiva.
- (D) As ações antiexacionais são aquelas de iniciativa do Estado-Fisco, enquanto as ações exacionais são as propostas pelo sujeito passivo tributário para discutir a legalidade da exação.
- (E) A Ação Anulatória de Débito Fiscal é classificada como antiexacional, repressiva e declaratória, uma vez que o seu objetivo é obter a certeza jurídica sobre a nulidade de um lançamento, sem alterar o mundo jurídico.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional:

- (A) A instituição de tributos se submete ao princípio da legalidade estrita, admitindo-se, contudo, que a sua extinção seja promovida, excepcionalmente, por ato infralegal, como decreto ou resolução.
- (B) A cominação de penalidades decorrentes de infrações à legislação tributária pode ser validamente estabelecida por ato normativo infralegal, desde que haja previsão genérica em lei.
- (C) As hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários podem ser estabelecidas por atos normativos secundários, como resoluções administrativas.
- (D) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- (E) A dispensa ou redução de penalidades podem ser estabelecidas por diferentes espécies normativas, inclusive por atos infralegais.

QUESTÃO 25

Considerando a moratória, que suspende a exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa correta, nos termos do Código Tributário Nacional:

- (A) A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize a sua concessão em caráter individual estará dispensada de especificar as condições da concessão do favor em caráter individual.
- (B) A moratória pode ser concedida em caráter geral pela pessoa jurídica de direito público distinta daquela competente para instituir o tributo a que se refira.
- (C) À lei concessiva de moratória é vedado circunscrever a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- (D) Salvo disposição de lei em contrária, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- (E) A moratória aproveita aos casos de dolo, mas não aproveita aos de fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

QUESTÃO 26

No que concerne às normas gerais sobre as garantias e privilégios do crédito tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- (A) O crédito tributário prefere a qualquer outro, independentemente do tempo de sua constituição.
- (B) Presume-se fraudulenta a alienação de bens por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, ainda que o devedor tenha reservado bens suficientes para o pagamento total dívida inscrita.
- (C) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- (D) A cobrança judicial do crédito tributário é obrigatoriamente sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento, para que se respeite a ordem de preferência.
- (E) No concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público, a ordem de prioridade estabelecida é primeiro aos Municípios, seguidos pelos Estados e Distrito Federal e, por último, a União.

QUESTÃO 27

Nos termos da Lei Federal n.º 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, é correto afirmar que:

- (A) Formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas constitui crime contra a ordem econômica.
- (B) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público constitui crime contra a economia.
- (C) Promover publicidade enganosa de produto ou serviço com o objetivo de induzir o consumidor a erro constitui crime contra a ordem econômica tributária.
- (D) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste ou combinação, o caráter competitivo de licitação pública, com o fim de obter vantagem indevida, constitui crime contra a ordem econômica.
- (E) Constitui crime contra a ordem econômica abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas, com pena de reclusão de 5 (cinco) a 10 (dez) anos e multa.

QUESTÃO 28

O Município Beta ajuizou execução fiscal em face de contribuinte domiciliado em seu território. Em sua defesa, o executado suscitou a incompetência do Juízo da Fazenda Pública, sob o argumento de que o crédito tributário cobrado estaria submetido a processo falimentar, devendo prevalecer a competência do Juízo universal da falência.

Nesses termos, considerando a Lei Federal n.º 6.830/1980, assinale a alternativa correta:

- (A) A competência do Juízo da Fazenda Pública cede diante do Juízo universal da falência, devendo a execução fiscal ser remetida para processamento no Juízo falimentar.
- (B) A execução fiscal pode prosseguir no Juízo da Fazenda Pública, sendo facultado à Fazenda Pública habilitar o seu crédito no processo falimentar, hipótese em que a execução ficará automaticamente extinta.
- (C) A incompetência do Juízo da Fazenda Pública somente pode ser reconhecida caso o executado garanta previamente este Juízo, mediante penhora ou depósito integral do débito.
- (D) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o do inventário, pela especialidade da partilha.
- (E) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

QUESTÃO 29

No que diz respeito aos créditos adicionais, que são as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, assinale a alternativa correta considerando a Lei Federal n.º 4.320/1964 que estabelece as classificações e os requisitos específicos:

- (A) Os créditos suplementares são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) Os créditos especiais se destinam exclusivamente ao reforço de dotação orçamentária já existente.
- (C) Os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- (D) A abertura de créditos suplementares e especiais independe da existência de recursos disponíveis, bastando a justificativa do Poder Executivo.
- (E) Os créditos adicionais suplementares e especiais são abertos diretamente por decreto do Poder Executivo, dispensando, em qualquer hipótese, a autorização legislativa prévia.

QUESTÃO 30

A Lei Federal n.º 4.320/1964 classifica as despesas públicas em categorias econômicas para fins de elaboração do orçamento. Sobre a distinção entre as Despesas de Capital, especificamente entre “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, assinale a alternativa correta:

- (A) Classificam-se como Investimentos as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização por terceiros.
- (B) Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas.
- (C) Consideram-se Investimentos as dotações para a constituição ou aumento do capital de empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias.
- (D) Classificam-se como Investimentos as dotações para programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- (E) As Inversões Financeiras compreendem despesas voltadas à manutenção e à continuidade de serviços já instituídos, podendo incluir intervenções em bens imóveis quando destinados à preservação de sua utilidade econômica.

QUESTÃO 31

No que concerne à contabilidade patrimonial e industrial, assinale a alternativa correta:

- (A) Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, sendo facultativa a indicação dos elementos para a sua perfeita caracterização e obrigatória a indicação dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.
- (B) A contabilidade poderá manter registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.
- (C) Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum.
- (D) As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução, excluídas as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.
- (E) A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a dez meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.

QUESTÃO 32

No que concerne à disciplina da contabilidade orçamentária e financeira na Lei Federal n.º 4.320/1964, assinale a alternativa correta:

- (A) A contabilidade pública deverá registrar a despesa empenhada e a despesa realizada, sendo dispensável o controle das dotações disponíveis, por não representarem execução efetiva.
- (B) O registro contábil da receita e da despesa observará as normas gerais de contabilidade pública, podendo adotar critérios complementares definidos pelo ente federativo, desde que não contrariem os princípios contábeis, ainda que não guardem estrita correspondência com as especificações constantes da Lei Orçamentária e dos créditos adicionais.
- (C) A dívida flutuante compreende os restos a pagar com exclusão dos serviços da dívida, os depósitos, os débitos de tesouraria e os serviços da dívida a pagar, devendo o registro dos restos a pagar ser feito por exercício e por credor, com distinção entre despesas processadas e não processadas.
- (D) As operações que resultem em débitos e créditos de natureza financeira, quando não vinculadas à execução orçamentária, não estão sujeitas a registro contábil, por não afetarem diretamente o orçamento público.
- (E) Os créditos orçamentários vigentes não precisam ser evidenciados nos registros contábeis, desde que já tenham sido devidamente autorizados na Lei Orçamentária Anual.

QUESTÃO 33

À luz da disciplina da classificação dos contratos, assinale a alternativa correta:

- (A) As partes podem, por cláusula expressa, reforçar ou diminuir a responsabilidade pela evicção, no entanto, não podem excluir tal responsabilidade.
- (B) Se o contrato for aleatório, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco assumido pelo adquirente, não terá o alienante direito ao recebimento integral do preço, posto que a coisa já não existisse, em parte, ou de todo, no dia do contrato.
- (C) O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.
- (D) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, exceto na ausência de assunção, pelo proponente, do dever de aguardar resposta.
- (E) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

QUESTÃO 34

No que concerne à disciplina da prescrição e da decadência no Código Civil, bem como à luz da interpretação consolidada da jurisprudência pátria, assinale a alternativa correta:

- (A) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição ou cabe ao juiz suprir de ofício a alegação, independentemente de provocação das partes.
- (B) Prescreve em três anos a pretensão para os administradores, ou fiscais por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da apresentação, aos sócios, do balanço referente ao exercício em que a violação tenha sido praticada, ou da reunião ou assembleia geral que dela deva tomar conhecimento.
- (C) A interrupção da prescrição, que poderá ocorrer por duas vezes, dar-se-á por protesto cambial.
- (D) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, em observância ao princípio da autonomia da vontade, admitindo-se sua redução ou ampliação.
- (E) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor, interrompendo-se automaticamente com a sucessão e reiniciando-se a contagem do prazo em relação a este.

QUESTÃO 35

Analise as assertivas a seguir, à luz da disciplina do Código Civil acerca dos negócios jurídicos:

- (I) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela se iniciar.
- (II) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de três anos, a contar da data do ato.
- (III) A invalidade do instrumento não induz a do negócio jurídico sempre que este puder provar-se por outro meio.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) Somente a III.
- (E) Somente a II.

QUESTÃO 36

Mariana adquiriu uma casa e contratou o designer Rafael para desenvolver um projeto de ambientação interna. Conforme o contrato firmado entre as partes, Rafael comprometeu-se a entregar o projeto no prazo de 45 dias, contados da assinatura. Ficou estipulado, ademais, cláusula penal de incidência diária na hipótese de mora no cumprimento da obrigação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- (A) Verificado o atraso na entrega do projeto, Mariana poderá exigir a multa estipulada, ainda que não comprove a ocorrência de prejuízo decorrente da mora.
- (B) A cláusula que prevê multa diária pelo atraso é nula de pleno direito, por implicar enriquecimento sem causa da Mariana.
- (C) Uma vez exigida a multa pelo atraso, Mariana ficará impedida de pleitear o cumprimento da obrigação principal, consistente na entrega do projeto.
- (D) A multa prevista no contrato possui natureza de astreintes, razão pela qual não se submete à revisão judicial.
- (E) A multa moratória convencionada entre as partes substitui automaticamente a indenização por perdas e danos, ainda que haja prova de prejuízo superior, vedando-se qualquer complementação.

QUESTÃO 37

No que concerne à orientação sumulada do Supremo Tribunal Federal acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

- (A) Admite-se a impetração de mandado de segurança inclusive em face de ato judicial que, em tese, se submeta à impugnação por meio de recurso próprio ou correição.
- (B) A existência de controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança.
- (C) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.
- (D) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- (E) É cabível mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

QUESTÃO 38

Carla ajuizou ação de indenização por perdas e danos em face de Roberto, sustentando o inadimplemento de obrigação assumida entre as partes. No curso do processo, Carla requereu a produção de prova pericial, com o intuito de demonstrar a veracidade dos fatos narrados na petição inicial. O magistrado, entretanto, indeferiu o pleito, sob o fundamento de que a prova pretendida seria prescindível para a formação de seu convencimento.

Irresignada com a decisão, Carla interpôs recurso ao Tribunal de Justiça competente, arguindo afronta às disposições do Código Civil e cerceamento de defesa. Ao apreciar o recurso, o Tribunal manteve a decisão proferida em primeiro grau, adotando como razão de decidir o entendimento consolidado em enunciados sumulares e precedentes reiterados da própria Corte.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta quanto ao recurso cabível a ser interposto por Carla:

- (A) Recurso Extraordinário
- (B) Agravo Interno.
- (C) Recurso Ordinário.
- (D) Recurso Especial.
- (E) Embargos de Divergência.

QUESTÃO 39

Analise as assertivas a seguir, à luz da disciplina do Código de Processo Civil acerca da Tutela Provisória:

- (I) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa apenas na hipótese de cessação de sua eficácia por revogação expressa do magistrado
- (II) Concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- (III) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) Somente a III.
- (E) Somente a II.

QUESTÃO 40

À luz da disciplina dos recursos no processo civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O recurso adesivo, subordinado ao recurso independente, submete-se às mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e ao julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, sendo ainda admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- (B) O recorrente poderá, a qualquer tempo e desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (C) Certificado o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o escrivão ou o chefe de secretaria, mediante o despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (D) O recurso não pode ser interposto por terceiro estranho ao processo, mesmo que demonstre a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.
- (E) O relator, por decisão irrecurável, relevará a pena de deserção caso o recorrente comprove justo impedimento, fixando-lhe o prazo de 10 (dez) dias para efetuar o preparo.

QUESTÃO 41

Nos termos do artigo 855-A da CLT, aplica-se ao processo do trabalho o incidente de descondição da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Assinale a opção correta a ser adotada contra a decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente:

- (A) Na fase de cognição, recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias.
- (B) Na fase de execução, cabe agravo de petição, condicionado à garantia do juízo, no prazo de 8 (oito) dias.
- (C) Agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- (D) Agravo de petição, tanto na fase de cognição quanto na fase de execução, independentemente de garantia do juízo.
- (E) Não cabe recurso de imediato, tanto na fase de cognição quanto na fase de execução, na forma do § 1.º do art. 893 desta Consolidação.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa CORRETA acerca da prescrição e da decadência, à luz da teoria geral do direito e do Direito do Trabalho:

- (A) A prescrição atinge a pretensão e decorre da inércia do titular no prazo legal, iniciando-se, em regra, com a violação do direito, ao passo que a decadência pode ser fixada por lei ou convenção e não se sujeita, em regra, à interrupção ou suspensão.
- (B) A prescrição e a decadência têm como termo inicial, em regra, o nascimento do direito, distinguindo-se quanto à possibilidade de interrupção e suspensão, admitidas em ambos os institutos.
- (C) A decadência legal, por possuir natureza de ordem pública, não pode ser conhecida de ofício pelo juiz, dependendo de provocação da parte interessada.
- (D) No Direito do Trabalho, a prescrição bienal impede o ajuizamento da ação após dois anos da lesão do direito, sendo irrelevante a extinção do contrato de trabalho para a contagem do prazo.
- (E) A decadência convencional não admite renúncia, diferentemente da decadência legal, que pode ser afastada pelas partes.

QUESTÃO 43

Nos termos do artigo 484-A da CLT, o contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador. Assinale a opção correta acerca sobre os direitos assegurados ao empregado que optar por essa modalidade de rescisão do contrato de trabalho:

- (A) A extinção do contrato por acordo prevista no artigo 484-A da CLT obriga o empregador ao pagamento da integralidade do aviso prévio, se indenizado.
- (B) A extinção do contrato por acordo prevista no artigo 484-A da CLT permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, limitada a até 50% (cinquenta por cento) do valor dos depósitos.
- (C) A extinção do contrato por acordo prevista no artigo 484-A da CLT permite ao empregador o pagamento de metade da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.
- (D) A extinção do contrato por acordo prevista no artigo 484-A da CLT autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
- (E) A extinção do contrato por acordo prevista no artigo 484-A da CLT obriga o empregador ao pagamento, por metade, das verbas rescisórias.

QUESTÃO 44

A suspensão e a interrupção são modalidades de paralisações temporárias do contrato de trabalho sem rompimento do vínculo empregatício. Considerando o quanto disposto na Consolidação das Leis trabalhistas, assinale a opção correta:

- (A) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- (B) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até 5 (cinco) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- (C) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário pelo tempo que se fizer necessário, para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.
- (D) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
- (E) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

QUESTÃO 45

Acerca dos elementos da rescisão por justa causa do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta:

- (A) A ausência de tipificação legal da conduta não impede o reconhecimento da justa causa, desde que demonstrada a gravidade do ato praticado pelo empregado.
- (B) A aplicação da penalidade pelo empregador deve observar, obrigatoriamente, uma gradação prévia (advertência, suspensão e dispensa), sob pena de nulidade da justa causa.
- (C) A imediatidade na aplicação da sanção é requisito relevante, sendo que a demora injustificada pode caracterizar perdão tácito por parte do empregador.
- (D) A prática de ato grave pelo empregado em sua vida privada autoriza a dispensa por justa causa, independentemente de relação com o trabalho.
- (E) O registro de boletim de ocorrência constitui requisito essencial para a caracterização da justa causa, especialmente nos casos de falta grave.

QUESTÃO 46

Sobre os requisitos e características do contrato individual de trabalho, assinale a opção correta:

- (A) O contrato de trabalho é sinalagmático apenas quando analisadas prestações individualmente consideradas, podendo haver, em cada uma delas, ausência de reciprocidade obrigacional.
- (B) A natureza de trato sucessivo do contrato de trabalho decorre da continuidade das obrigações no tempo, não se exaurindo em uma única prestação.
- (C) O poder diretivo do empregador é incompatível com a natureza bilateral do contrato de trabalho, pois rompe a equivalência das obrigações assumidas pelas partes.
- (D) A prestação de serviços gratuitos por longo período não afasta a existência do contrato de trabalho, desde que presentes os elementos fático-jurídicos da relação de emprego.
- (E) O contrato de trabalho é necessariamente solene, exigindo forma escrita e registro prévio como condição de validade, sob pena de nulidade absoluta.

QUESTÃO 47

O crime de explosão consiste em exposição a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos, tendo como pena:

- (A) reclusão, de um a três anos, e multa.
- (B) detenção, de três meses a um ano.
- (C) reclusão, de um a quatro anos.
- (D) reclusão, de três a seis anos, e multa.
- (E) detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa que se enquadra no capítulo dos crimes de perigo comum contra a incolumidade pública, nos termos do Código Penal:

- (A) Epidemia
- (B) Incêndio.
- (C) Exercício ilegal da medicina.
- (D) Infração de medida sanitária preventiva.
- (E) Omissão de notificação de doença.

QUESTÃO 49

Nos termos do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de Taiúva, acerca das emendas à Lei Orgânica do Município, assinale a opção CORRETA:

- (A) A proposta de emenda à Lei Orgânica deverá ser apresentada pelos Vereadores, mediante subscrição de maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (B) A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município será discutida e votada em turno único, sendo aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- (C) A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Prefeito Municipal após a aprovação em plenário.
- (D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa.
- (E) A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 50

Considerando o quanto disposto na Lei Orgânica do Município de Taiúva, acerca do Processo Legislativo, assinale a opção CORRETA:

- (A) Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, e será promulgado pelo Prefeito municipal.
- (B) Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção do Prefeito.
- (C) Aprovado o projeto de lei, o Presidente da Câmara, no prazo de 30 (trinta) dias, o enviará ao Prefeito que, concordando, o sancionará.
- (D) O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de qualquer comissão, será tido como rejeitado.
- (E) O projeto de decreto legislativo depende de sanção do Prefeito para produzir efeitos externos.

PROVA DISCURSIVA
PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 15 de janeiro de 2022, o Município de Beta celebrou com a sociedade empresária XY contrato de locação de equipamentos de saúde para guarnecerem unidade hospitalar à época recém inaugurada, os quais são essenciais à execução dos serviços hospitalares relacionados à promoção de exames e atendimentos de urgência. O termo final de aludido contrato era em 15 de janeiro de 2025.

Em primeiro de janeiro de 2025, tomou posse o novo Prefeito eleito, Tício, que aferiu, por meio de Comissão especializada designada para a revisão de contratos administrativos vigentes de grande vulto, que a contratação em questão ostentava relevante sobrepreço, decorrente, em especial, de cláusulas restritivas à competição presentes na licitação que a originara.

Ponderou referida Comissão, fundamentadamente, que seria inviável a renovação do contrato administrativo, em virtude da incompatibilidade de seus preços com o mercado. Ainda que instada a reduzir os valores unitários contratuais, a sociedade empresária XY declinou da oferta e alertou que retiraria os equipamentos hospitalares da unidade, em 16 de janeiro de 2025, se não renovado o seu contrato.

Promovida pesquisa de mercado pelo Departamento competente, aferiu-se que nenhuma outra empresa especializada conseguiria, não sem risco de inadimplemento, mobilizar todo o rol de equipamentos para substituir os locados com a sociedade empresária XY (seja por meio de locação, seja por compra e venda), inclusive considerando que, no edital de licitação que resultara na contratação de XY fora concedido o prazo de 90 (noventa) dias para que, à época, disponibilizassem-se todos os equipamentos à locação. A aquisição de equipamentos novos demandaria ainda mais tempo, sem contar os ritos licitatórios inerentes.

Nesse contexto, aos 15 de janeiro de 2025, o Prefeito Municipal, Tício, expediu Decreto de requisição administrativa dos equipamentos locados, sem prévia e justa indenização em dinheiro, prevendo que deveriam ficar disponíveis ao Poder Público até que substituídos por meio de regular processo de contratação pública. Previu-se a aferição da indenização à contratada, se o caso, simultaneamente à vigência da requisição, por meio de processo administrativo em que se aferisse o valor de mercado, com atendimento às garantias do contraditório e da ampla defesa. O Decreto foi publicado e noticiado à sociedade empresária XY no mesmo dia, 15 de janeiro de 2025.

A sociedade empresária XY se irressignou com a situação e impetrou mandado de segurança em 31 de maio de 2025, pleiteando que *i)* o Poder Judiciário invalide o Decreto de requisição administrativa ainda vigente e *ii)* condene o Município ao pagamento dos aluguéis dos equipamentos.

Sustentou a impetrante a invalidade do Decreto de requisição administrativa, pois desacompanhado da justa e prévia indenização em dinheiro que é pressuposto da ocupação e da assunção da posse sobre bens particulares. Diante disso, alega a impetrante que o período de utilização dos bens pela Administração Pública deve perfazer indenização em proveito da antes locadora como se vigente estivesse o contrato administrativo que os locara, pois que a requisição acabou por meramente prorrogar, ainda que por via oblíqua e indevidamente gratuita, o instrumento contratual.

O Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta recebeu a petição inicial e determinou a citação da autoridade coatora, qual seja o Prefeito Municipal de Beta.

Na condição de procurador jurídico do Município de Beta, adote a medida processual cabível em defesa do ato adotado pela autoridade coatora, datando a Peça Prático-Profissional adequada com o último dia do prazo processual legalmente previsto, considerando-se, para este fim, que a citação e a juntada do respectivo mandado citatório aos autos se deu em 6 (seis) de junho de 2025, uma sexta-feira. Desconsidere, no cômputo do prazo, feriados ou recessos.

Considerando o enunciado estabelecido e o descrito no Capítulo 12 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção! A presente folha trata-se de rascunho. A redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	

98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

